



# BF HOLDING S.A.

(anteriormente denominada Banco Ford S.A.)

CNPJ nº 90.731.688/0001-72  
Avenida José Versolato, 101 - Salas 1249/1251/1253 - São Bernardo do Campo- SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras da BF Holding S.A. correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria.

**Contexto Operacional**  
No dia 15 de fevereiro de 2021, a BF Holding S.A. operava como instituição financeira, como Banco Ford S.A., atuando como banco múltiplo sem carteira comercial, destinado a ofertar produtos financeiros aos Distribuidores da Rede Ford para formação de seus estoques com a aquisição de veículos, peças e acessórios.  
No dia 11 de janeiro de 2021 houve o anúncio e encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil. O encerramento dessas atividades trouxe impacto relevante no volume das operações do Banco Ford com consequências financeiras. A administração da Empresa decidiu pela incorporação do BF Holding em sua controladora, Ford Credit Holding Brasil Ltda.  
Em 29 de setembro de 2021, a diretoria aprovou a alteração do estatuto social, na qual o Banco Ford S.A. passou a ser BF Holding S.A., sociedade anônima que tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista e administração de bens próprios.  
Em 01 de outubro de 2021, as operações de crédito detidas pelo Banco Ford S.A. foram cedidas ao Banco

Bradesco S.A. no montante de R\$ 144.997.  
Não havendo mais operações típicas da atividade de instituição financeira, em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil deferiu o pedido de cancelamento de autorização de funcionamento do Banco Ford S.A.  
Em 28 de janeiro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, a administração aprovou a incorporação do BF Holding S.A. pela sua controladora Ford Credit Holding Brasil Ltda.  
Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 195.232 (R\$ 229.559 em 31 de dezembro de 2020), e reservas de lucros de R\$ 45.142 (R\$ 79.469 em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa apresentou um prejuízo de R\$ 42.441 em 31 de dezembro de 2020).  
**Ativos e Passivos**  
Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram R\$ 224.651 (R\$ 840.061 em 31 de dezembro de 2020). Deste montante, destacamos, R\$ 190.486 que são representados por caixa e equivalentes de caixa (R\$ 67.557 em 31 de dezembro de 2020), e R\$ 33.389 que são representados por depósitos em garantia.  
Em 31 de dezembro de 2021, o passivo era composto principalmente pelo montante de provisões para contingências no valor de R\$ 25.297 (R\$ 29.089 em 31 de dezembro de 2020).

No dia 11 de janeiro de 2021 houve o anúncio e encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil. O encerramento dessas atividades trouxe impacto relevante no volume das operações do Banco Ford com consequências financeiras. A administração da Empresa decidiu pela incorporação do BF Holding em sua controladora, Ford Credit Holding Brasil Ltda.  
**Governança Corporativa:**  
A BF Holding S.A. possui uma estrutura interna de compliance e auditoria que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas da Empresa.  
**Agradecimentos:**  
A BF Holding S.A. agradece os acionistas, clientes, parceiros e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial os nossos empregados e colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços até o fim da operação como instituição financeira.  
Colocamos-na disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 28 de março de 2022.  
A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E EM 01 DE JANEIRO DE 2020

(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
<b>Circulante</b> .....	191.263	784.939	1.272.826	<b>Circulante</b> .....	4.124	545.335	979.053
Caixa e equivalentes de caixa .....	190.486	67.557	111.758	Depósitos (Nota 9) .....	-	539.504	973.528
Depósitos Bancários .....	2.086	30.555	27.980	Depósitos interfinanceiros .....	-	368.367	782.504
Aplicações financeiras (Nota 4) .....	188.400	37.002	83.778	Depósitos a prazo .....	-	171.137	191.424
Operações de crédito (Nota 5) .....	-	717.170	1.160.441	Outras obrigações (Nota 7) .....	4.124	5.831	5.125
Operações de crédito - setor privado .....	-	721.706	1.164.780	Fiscais e previdenciárias (Nota 8) .....	177	4.089	533
Empréstimos .....	-	4.177	4.254	Diversas (Nota 7(c)) .....	3.947	1.742	4.592
Financiamentos .....	-	717.529	1.160.526	<b>Exigível a longo prazo</b> .....	31.451	70.789	56.256
Provisão para perda esperada de créditos .....	-	(4.536)	(4.339)	Depósitos (Nota 9) .....	-	36.079	14.512
Outros créditos (Nota 6) .....	777	212	627	Depósitos interfinanceiros .....	-	-	1.457
Diversos .....	777	212	627	Depósitos a prazo .....	-	36.079	13.055
<b>Realizável a Longo Prazo</b> .....	33.389	55.122	46.753	Outras obrigações (Nota 7) .....	31.451	34.710	41.743
Operações de crédito (Nota 5) .....	-	2.888	5.768	Fiscais e previdenciárias .....	6.154	5.621	16.366
Operações de crédito - setor privado .....	-	3.008	5.965	Passivos contingentes (Nota 13) .....	25.297	29.089	25.378
Empréstimos .....	-	3.008	1.854	<b>Patrimônio líquido</b> .....	189.027	223.937	284.270
Financiamentos .....	-	3.008	4.111	Capital social (Nota 10) .....	150.090	150.090	150.090
Provisão para perda esperada de créditos .....	-	(120)	(197)	De domiciliados no país .....	150.090	150.090	150.090
Outros créditos (Nota 6) .....	33.389	52.234	40.985	Reservas de capital .....	-	-	-
Créditos Tributários (Nota 8 (a)) .....	-	19.845	-	Reservas de lucros .....	38.987	73.847	134.180
Devedores por depósitos em garantias .....	33.389	32.389	40.985	Reserva legal .....	30.018	30.018	30.018
				Reservas especiais de lucros .....	8.969	43.829	104.162
<b>Total do ativo</b> .....	<b>224.652</b>	<b>840.061</b>	<b>1.319.579</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....	<b>224.652</b>	<b>840.061</b>	<b>1.319.579</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(EM MILHARES DE REAIS)

Em 01 de janeiro de 2020	Reservas de lucros			Lucros acumulados		Total
	Capital	Legal	Especiais			
Prejuízo do exercício .....	150.090	30.018	104.162	-	(49.808)	284.270
Destinações:	-	-	-	-	49.808	(49.808)
Reserva de lucro .....	-	-	(49.808)	-	-	-
Dividendos distribuídos .....	-	-	(10.525)	-	49.808	(10.525)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>150.090</b>	<b>30.018</b>	<b>43.829</b>	-	-	<b>223.937</b>
Mutações do exercício .....	-	-	(60.333)	-	-	(60.333)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>150.090</b>	<b>30.018</b>	<b>43.829</b>	-	-	<b>223.937</b>
Prejuízo do exercício .....	-	-	-	(34.860)	-	(34.860)
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucro .....	-	-	(34.860)	-	34.860	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>150.090</b>	<b>30.018</b>	<b>8.969</b>	-	-	<b>189.077</b>
Mutações do exercício .....	-	-	(34.860)	-	-	(34.860)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(EM MILHARES DE REAIS)

### I. CONTEXTO OPERACIONAL

A BF Holding S.A. ("Empresa"), sociedade anônima, sediada à Avenida José Versolato, nº 101, 12º Andar, salas 1249/1251/1253, Edifício Dome Corporate, CEP 09750-730, tem como objeto social a atividade de administração de participações em outras sociedades e opera como administradora de bens próprios.  
Sua controladora é a Ford Credit Holding Brasil Ltda., que tem por objeto a administração de bens próprios e participa em outras empresas, como sócia, costista e/ou acionista.  
No dia 11 de janeiro de 2021 houve o anúncio e encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil. O encerramento dessas atividades trouxe impacto relevante no volume das operações do Banco Ford (antiga denominação da BF Holding S.A.) com consequências financeiras. A administração da Empresa decidiu pela incorporação do BF Holding em sua controladora, Ford Credit Holding Brasil Ltda.  
Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2021, foi aprovada a mudança da razão social da Empresa de Banco Ford S.A. para BF Holding S.A., assim como a alteração do objeto social da empresa de "prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas de (a) investimentos (b) crédito, financiamento e investimento, podendo, ainda, exercer atividades relacionadas a câmbio de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor" para "participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista, e administração de bens próprios".  
Em 09 de novembro de 2021 a administração enviou ao Banco Central do Brasil a declaração de alterar o estatuto/contrato social, modificando o seu objeto social, deixando de atuar como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN).  
Em 14 de dezembro de 2021, com publicação no Diário Oficial de 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil, aprovou o pedido de cancelamento da autorização para funcionamento da Empresa, em decorrência da mudança de seu objeto social.  
Em 28 de janeiro de 2022, a Administração da BF Holding S.A. aprovou a incorporação de seus ativos e passivos à sua controladora Ford Credit Holding Brasil Ltda.

### II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**I. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.  
As demonstrações financeiras referem-se aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são as primeiras a serem elaboradas de acordo com os CPCs, sendo 1º de janeiro de 2020 a data da transição. Conforme mencionado na nota 1, a BF Holding S.A., até 29 de setembro de 2021, operava como Banco Ford S.A., regulado pelo Banco Central do Brasil, tendo o cancelamento do seu registro efetivado em 14 de dezembro de 2021. Até essa data, como a Empresa era regulada pelo BACEN, elaborava suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
A nota nº 3 contém a reconciliação do patrimônio líquido na data da transição em 1º de janeiro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do resultado correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a fim de refletir os saldos de abertura de acordo com os CPCs.  
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2 III.  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).  
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Reunião Ordinária de Diretoria em 28 de março de 2022.

### II. Adoção inicial dos CPCs

As políticas contábeis da BF Holding foram alteradas em 1º de janeiro de 2020, preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A transição para a política contábil mencionada considerou o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e 1º de janeiro de 2020 foi escolhida como a data da transição.  
As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para os CPCs e a conciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas na nota 3.A. A BF Holding elaborou seu balanço inicial na data de transição por meio da aplicação das regras e políticas contábeis e das bases de mensuração descritas nas notas explicativas.  
A Empresa optou pelas seguintes isenções, com relação à aplicação retrospectiva, conforme permitido pelo CPCs e descrito a seguir:  
(a) **As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Empresa:**  
• Combinações de negócios  
• A BF Holding não detém operações com combinações de negócios na data de transição para os CPCs.  
• Pagamento baseado em ações (CPC 10)  
• A BF Holding não detém programa de pagamento baseado em ações na data da transição para os CPCs.  
• Diferenças acumuladas de conversão (CPC 02)  
• A BF Holding não possui saldos por diferenças de conversão na data da transição para os CPCs.  
• Instrumentos financeiros compostos (CPC 39)  
• A BF Holding não possui saldo em aberto de instrumentos financeiros compostos na data da transição para os CPCs.  
• Designação de instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo (CPC 48)  
O CPC 48 permite que ativos e passivos financeiros possam ser designados a valor justo por meio do resultado e de instrumentos patrimoniais sejam designados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial. Apesar desse requisito, é permitido a designação desses instrumentos financeiros na data da transição para os CPCs. Entretanto, com exceção às aplicações financeiras que são mensuradas a valor justo por meio de resultado (nota 4), a BF Holding não designou nenhum instrumento financeiro a valor justo, utilizando a prerrogativa irrevogável prevista nos CPCs na data da transição.  
• Designação de contratos para comprar ou vender item não financeiro a valor justo  
O CPC 48 permite que alguns contratos para comprar ou vender um item não financeiro sejam designados, no início, como mensurados a valor justo por meio do resultado, a isenção prevista é designar a partir da data da transição para os CPCs, contido a BF Holding não adotou essa isenção prevista.  
• Contratos de Concessão - Ativos Financeiros e Intangíveis de acordo com o ICPC 01  
A BF Holding não possui contratos sob o escopo do ICPC 01 (R1) na data da transição para os CPCs.  
(b) **As exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:**  
• **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
A empresa aplica os requisitos determinados pelo CPC 48 retrospectivamente, avaliando o risco de crédito dos ativos financeiros anteriormente reconhecidos comparando os mesmos na data da transição para os CPCs. Maiores detalhes na nota nº 03.  
• **Classificação e mensuração de ativos financeiros**  
A empresa implementou o CPC 48 na data de transição, avaliando as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros considerando os fatos e circunstâncias existentes na data da transição. Maiores detalhes na nota nº 03.  
As exceções obrigatórias descritas abaixo de acordo com o CPC 37 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas em relação às práticas contábeis anteriores a transição para os CPCs ou não eram aplicáveis para as operações da Companhia:  
• Exceção do desreconhecimento de ativos e passivos financeiros;  
• Exceção da contabilização de hedge (hedge accounting);  
• Participações de não-controladores;  
• Derivativos embutidos.

### III. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Empresa na elaboração das demonstrações financeiras. A Empresa faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o CPC, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.  
Nas demonstrações financeiras, as estimativas são feitas pela administração da Empresa e das entidades controladas em ordem para quantificar os ativos, passivos, receitas e despesas e compromissos reportados. Essas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:  
• **Provisão para perda esperada de operações de crédito**  
A Empresa examina sua carteira de crédito com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada trimestre. Ao determinar se uma perda/provisão para perda esperada deve ser registrada na demonstração do resultado, a Empresa avalia a existência ou não de dados observáveis que indiquem uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de empréstimos antes que a diminuição possa ser identificada em uma operação isolada naquela carteira. Esta evidência pode incluir dados observáveis indicando que houve uma mudança adversa na situação dos pagamentos de devedores em um determinado subportfólio. A Empresa usa estimativas baseadas na experiência histórica (últimos 5 anos) de perda em ativos com características de risco de crédito similares às da sua carteira em aberto bem como avalia as perdas prospectivas para projetar os fluxos de caixa futuros.  
• **Valor justo dos instrumentos financeiros e aplicações financeiras**  
O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos é determinado através de técnicas de avaliação (por exemplo, modelos de precificação) que são validadas e periodicamente revisadas por pessoal qualificado independente da área que as criou. Antes de serem utilizados, todos os modelos de precificação são cer-

tificados e validados para assegurar que os resultados reflitam preços prováveis de realização desses ativos.  
As aplicações financeiras são registradas por seu valor de aquisição, corrigidas pelos rendimentos proporcionais até a data de balanço.

#### • Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

São observados os dispositivos do CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e ativas.

#### • Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados conforme CPC 32 à medida que seus estudos de realização realizados pela Empresa apresentem perspectivas de realização, levando em consideração os lucros esperados nos exercícios subsequentes da Empresa.

#### IV. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021, e são:

#### a) Apuração do resultado

E apurado pelo regime de competência e considera:  
• Os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices ou taxas oficiais, "pro rata temporis" incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo; e  
• Os rendimentos, os encargos e as variações monetárias são calculados com base nas taxas de juros e índices pactuados.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em moeda nacional e aplicações financeiras de alta liquidez acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços. Juros sobre essas aplicações são incluídos no resultado como "Receitas financeiras".

#### c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados pelas operações de crédito, que não são cotados em um mercado ativo e que a Empresa vendeu ao Banco Bradesco S.A. em 01 de outubro de 2021. São reconhecidas no balanço patrimonial como instrumentos financeiros, os juros são incluídos no resultado com "Receita da intermediação financeira".

O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado a partir de 1º de janeiro de 2020. O normativo abrange os pilares (i) classificação e mensuração de ativos financeiros e (ii) redução ao valor recuperável (impairment).

#### i. Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A Empresa realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que com a adoção do CPC 48 não houve impactos significativos, visto que toda a carteira de instrumentos financeiros da Empresa é mensurada ao custo amortizado, conforme opções descritas abaixo:

- **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

#### ii. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

O modelo de perda de crédito esperada seguido pela Empresa é definido pela Matriz e é constituído da seguinte forma:

#### • Reserva Histórica + Reserva Específica

A Reserva Histórica é calculada pela Matriz com base nas perdas incorridas nos últimos 20 trimestres. A principal premissa para utilização deste modelo é que as perdas incorridas em cada ano não possuem grande variação, desta forma a média histórica se torna uma boa projeção para cálculo das perdas esperadas.  
A Reserva Específica pode ser feita para refletir certos fatores e tendências não capturadas pelo modelo padrão (Reserva Histórica), por exemplo, baixa expressiva do valor da garantia, informações estratégicas da administração a respeito das condições financeiras e de negócio de cada concessionária.

#### • Teste de impairment

O fator principal a ser considerado para um teste de impairment é a perda do valor de uma garantia. Toda vez que o valor a receber de um instrumento financeiro for maior que o valor da garantia do mesmo, o valor do instrumento financeiro é reduzido no montante do valor da garantia. Essa redução pode ser feita contra uma eventual reserva específica ou write off extraordinário em caso de necessidade. A reavaliação das garantias é realizada anualmente através de consultores externos, quando houver.

#### d) Provisão para perdas esperadas

De acordo com a política global, a matriz utiliza dois conceitos para constituir a reserva para perda esperada associada ao risco de crédito:  
• Reserva principal calculada utilizando-se a base histórica de perdas para estimar as perdas futuras, considerando-se a exposição da carteira no período a ser reportado;  
• Reserva adicional calculada acima, destinado para dealers cujo risco não seja mais o mesmo do restante da carteira, através de evidências claras tais como: Declaração SOT (Sold Out Trust), incapacidade de honrar os pagamentos e/ou renegociações de débitos. A Decisão pela criação de alguma reserva específica se dá no forum "Dealers Críticos", e sendo a decisão em favor de se constituir uma reserva adicional, este pedido é imediatamente submetido para a matriz considerando no cálculo da reserva total (Reserva Principal + Reserva Adicional) do trimestre subsequente. Somente com a devida autorização da matriz é que se pode constituir a reserva adicional.

#### e) Ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata) e provisão para perdas. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo circulante.

#### f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no passivo circulante.

#### g) Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são classificados como prováveis, possíveis ou remotos, em consonância com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos índices apropriados a cada processo judicial sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

#### h) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 25%. A alíquota da Contribuição Social para bancos foi elevada de 20% para 25%, para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021). Conforme mencionado na nota 1, a BF Holding S.A., até 29 de setembro de 2021, operava como Banco Ford S.A., regulado pelo Banco Central do Brasil, tendo o cancelamento do seu registro efetivado em 14 de dezembro de 2021.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre prejuízo fiscal (IRPJ) acumulados e sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

#### i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas financeiras, abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas da intermediação financeira.

#### j) Mensuração ao valor justo

A Empresa divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgação sobre o valor justo.

- Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;
- Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis referem-se a dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Empresa;

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentado a seguir:

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

...continuação

BF HOLDING S.A. | CNPJ nº 90.731.688/0001-72 | Avenida José Versolato, 101 - Salas 1249/1251/1253 - São Bernardo do Campo - SP

...continuação	Em 31 de dezembro de 2020		
	Bacen GAAP (*)	Ajustes	CPC
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos	36.079	-	36.079
Fiscais e Previdenciárias	5.621	-	5.621
Passivos Contingentes	29.089	-	29.089
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>70.789</b>	-	<b>70.789</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	150.090	-	150.090
Reserva Legal	30.018	-	30.018
Reservas Especiais de lucros (iii)	48.238	(4.409)	43.829
Resultados Abrangentes	2	(2)	-
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>228.348</b>	<b>(4.411)</b>	<b>223.937</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>844.472</b>	<b>(4.411)</b>	<b>840.061</b>

(i) Referem-se a créditos baixados para prejuízo no critério Bacen Gaap, que para fins de IFRS9/CPC 48 são re-compostos na carteira de crédito registrada, considerando as garantias atreladas a essas operações.  
 (ii) Refere-se a diferença na base de cálculo dos créditos tributários de diferenças temporárias de provisões para perdas de crédito, conforme mencionado na nota acima.  
 (iii) O Ajuste refere-se ao reflexo no patrimônio líquido dos demais ajustes nos ativos e passivos acima mencionados.  
 (\*) Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**3.3. Conciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

...continuação	Em 31 de dezembro de 2020		
	Bacen GAAP (*)	Ajustes	CPC
Receita de intermediação financeira	87.478	(1.745)	85.733
Operações de captações no mercado	(33.793)	-	(33.793)
Reversão / (Provisão) para perda esperada (i)	4.113	(97.988)	(93.875)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>57.798</b>	<b>(97.988)</b>	<b>(41.935)</b>
Despesas gerais e administrativas	(52.311)	(10)	(52.301)
Outras receitas operacionais	20.670	-	20.670
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>26.157</b>	<b>(97.978)</b>	<b>(73.566)</b>
Resultado não operacional	210	-	210
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>26.367</b>	<b>(97.978)</b>	<b>(73.356)</b>
Imposto de renda corrente	(7.042)	-	(7.042)
Imposto de renda diferido (ii)	(4.298)	34.888	30.590
<b>LUCRO LÍQUIDO/(Prejuízo)</b>	<b>15.027</b>	<b>(63.090)</b>	<b>(49.808)</b>
<b>CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>15.027</b>	<b>(63.090)</b>	<b>(49.808)</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO:</b>			
Quantidade de ações	135.440.448	-	135.440.448
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>	<b>0,11</b>	-	<b>0,37</b>

(i) Refere-se aos critérios para constituição de provisões para perdas esperadas de acordo com o CPC48/IFRS9.  
 (ii) Refere-se a diferença na base de cálculo dos créditos tributários de diferenças temporárias de provisões para perdas de crédito, conforme mencionado na nota acima.  
 (\*) Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**4. EQUIVALENTES DE CAIXA - APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em depósitos inter-financeiros remunerados por um percentual do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com liquidez diária. Foram pactuadas com taxas variando entre 96% a 102% do DI, com vencimento até dezembro de 2022.

	2021	2020
Valor Contábil	188.400	37.002
Aplicações financeiras *	-	-
Aumento significativo no saldo das aplicações financeiras é resultado da cessão das operações de crédito para o Banco Bradesco S.A. em 1º de outubro de 2021, vide nota 5.	-	-

**5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as operações de crédito da Controlada estão classificadas como Empréstimos e Recebíveis. A provisão para perda esperada é mensurada com base na análise dos índices de perdas incorridas dos últimos cinco anos, bem como inclui projeção de perdas futuras que são avaliadas em reuniões gerenciais e quando aplicáveis, as garantias obtidas.  
 Em 1º de outubro de 2021, a Empresa cedeu e transferiu definitivamente o total de suas operações de crédito para o Banco Bradesco S.A., com isso não há saldos de operações de crédito e provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2021. A cessão foi feita com pagamento à vista no valor das operações de crédito atualizadas até o dia 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 144.997, sem impacto no resultado.

**a) Composição por vencimento**

	2021		2020	
	Percentual da carteira (%)	Valor	Percentual da carteira (%)	Valor
A vencer até 3 meses	-	145.836	20,12	20,12
A vencer de 3 a 12 meses	-	574.505	79,27	79,27
A vencer de 1 a 5 anos	-	3.008	0,42	0,42
Vencidos	-	1.365	0,19	0,19
<b>Total</b>	-	<b>724.714</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**b) Movimentação da provisão para perda esperada**

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	4.656	4.536
Constituição/(reversão) para perda esperada	(4.656)	120
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>4.656</b>

**c) Movimentação da provisão para perda esperada no resultado.**

	2021	2020
Constituição/(reversão) para perda esperada	(4.656)	120
<b>Total</b>	<b>(4.656)</b>	<b>120</b>
<b>Perdas de crédito sem movimento na Provisão para perda esperada de créditos</b>		
Baixa para perda adicional (*)	-	3.565
Baixa para perda adicional (**)	-	90.190
Baixa para perda adicional (***)	-	3.179
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(1.477)</b>	<b>93.875</b>

(\*) Reversão de recuperação da Concessionária Riowest (Inativa) por se tratar de caso cedido a Ford Motor Company em maio de 2020 no Banco Ford.  
 (\*\*\*) No exercício, houve baixa para prejuízo de acordo com a metodologia em prática no período das concessionárias Avecam Comércio de Veículos Ltda no montante de R\$ 1.211 e Eufrasio de Carvalho Automóveis Ltda no montante de R\$ 1.966.

**6. OUTROS CRÉDITOS**

	2021	2020
Créditos tributários (Nota 8(a))	-	19.845
Devedores por depósitos em garantias	33.389	32.389
Outras contas a receber	777	212
<b>Total</b>	<b>34.166</b>	<b>52.446</b>
Circulante	777	8.349
Realizável a longo prazo	33.389	44.097

**7. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e previdenciárias**  
 O saldo classificado no circulante é composto por provisão para impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 177 (R\$ 4.089 em 2020), passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre os depósitos judiciais no montante de R\$ 6.154 (R\$ 5.621 em 2020).  
**b) Passivos contingentes**  
 O saldo classificado no exigível a longo prazo é composto por provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 25.297 (R\$ 29.089 em 2020), detalhes na nota 13.  
**c) Diversas**  
 O saldo classificado no circulante é composto por provisão para pagamentos a empresas ligadas, prestadores de serviços e outros no montante de R\$ 3.947 (R\$ 1.742 em 2020).

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes nas datas das demonstrações financeiras, conforme composição a seguir:

	2021	2020
Crédito tributário - Imposto de renda sobre diferenças temporárias (i)	-	11.708
Crédito tributário - Contribuição social sobre diferenças temporárias	-	8.137
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>19.845</b>

**Passivo**  
 Passivo diferido - Imposto de renda sobre diferenças temporárias (3.419) (3.123)  
 Passivo diferido - Contribuição social sobre diferenças temporárias (2.735) (2.498)  
**Total (6.154) (5.621)**  
 (i) Refere-se a diferença na base de cálculo dos créditos tributários de diferenças temporárias de provisões para perdas de crédito.  
 Devido ao anúncio de encerramento das atividades em 2021, considerando as perspectivas de realização do crédito tributário diferido originado de diferenças temporárias, a Administração decidiu pela baixa total dos ativos diferidos no exercício de 2021 no montante de R\$ 19.845.  
 b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social, estão assim demonstrados:

	2021	2020
<b>Imposto de renda</b>	<b>(14.482)</b>	<b>(71.611)</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.599	1.708
Adições permanentes	31.944	125.385
Adições temporárias - constituição de provisões	(65.694)	(37.859)
(-) Exclusão Permanente/Reversão	(1.287)	(1.031)
(-) Exclusão Passivo Diferido	(33.437)	88.203
Base de cálculo	(47.918)	16.592
Imposto de Renda (antes incentivos)	-	(4.124)
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	(37)
Despesa de Imposto de renda corrente a)	-	(4.087)

**Contribuição social**  
 Resultado antes da tributação sobre o lucro (14.482) 71.611  
 Adições permanentes 1.599 1.708  
 Adições temporárias - constituição de provisões 31.944 125.385  
 (-) Exclusão Reversão de Provisões (65.694) (37.859)  
 (-) Exclusão Passivo Diferido (1.287) (1.031)  
**Adições/exclusões no resultado do exercício (33.437) 88.203**  
 Base de cálculo (47.918) 16.592  
 Despesa de contribuição social corrente a) - (2.955)  
 O Banco Ford encerrou o ano de 2021 com prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ (47.918); provisões passivas no valor de R\$ (28.674). Esses valores seriam base para ativo fiscal diferido (DTA).

**9. DEPÓSITOS**

São representados por depósitos interfinanceiros e a prazo. Com o encerramento das operações de crédito, todos os depósitos foram pagos durante o segundo semestre de 2021.

**DEPÓSITOS**

**a. Composição da carteira**

	2021	2020
<b>Depósitos a prazo</b>		
Ligadas (Nota 11)	-	60.047
Não Ligadas	-	147.167
	-	<b>207.214</b>

**Depósitos interfinanceiros**

	2021	2020
Não Ligadas	-	368.370
	-	<b>368.370</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>575.584</b>

**b. Segregação por faixa de vencimento**

	2021		2020	
	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
1 a 90 dias	-	-	17.987	163.178
91 a 365 dias	-	-	158.519	205.192
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.506</b>	<b>368.370</b>
Acima de 365 dias	-	-	30.708	-
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.708</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>207.214</b>	<b>368.370</b>

**10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social:**  
 O capital social é representado por 135.440.448 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Conforme contrato social da BF Holding S.A., o lucro do exercício, por deliberação dos quotistas da empresa, pode ser destinado da seguinte forma:  
 • Distribuídos aos quotistas na proporção de suas cotas;  
 • Retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros acumulados ou em conta de reservas;  
 • Capitalizado.  
 Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2020, foi aprovada na forma de realização de reserva de lucros especiais proveniente de resultados de exercícios anteriores, a remuneração aos acionistas na forma de dividendos no montante de R\$ 10.525 pagos em 30 de setembro de 2020.  
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de lucros e dividendos.  
 O prejuízo do exercício foi de R\$ 34.860 (R\$ 49.808 em 2020), sendo contabilizado em conta de reservas especiais de lucros.

**11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 05, as transações com partes relacionadas e os saldos existentes com outras entidades do grupo, estão assim demonstrados:

	2021		2020	
	Ativo/(Passivo)	Despesas	Ativo/(Passivo)	Despesas
<b>Ford Motor Company Brasil Ltda.</b>				
Outras despesas administrativas	-	1.013	-	1.491
Prestação de Serviços	-	-	-	-
<b>Ford Credit Serviços de Assessoria e Consultoria Ltda.</b>				
Captações em depósitos a prazo	-	555	(19.098)	515
Créditos diversos no país - Outras contas a pagar	(3.584)	-	(52)	-
Outras despesas administrativas	-	-	-	-
Prestação de Serviços	-	13.337	-	9.584
<b>Ford Credit Holding Brasil Ltda.</b>				
Captações em depósitos a prazo	-	397	(39.746)	1.833
<b>Ford Participações Ltda.</b>				
Captações em depósitos a prazo	-	27	(1.203)	42

**12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**a) Benefícios pós-emprego**  
 A Empresa é patrocinadora da Ford Previdência Privada (FPP) de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários oficiais.

Em reunião ordinária conjunta do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva realizada no dia 20 de abril de 2018, foi aprovada o uso da Reserva Especial não utilizada por três exercícios consecutivos através da suspensão integral dos pagamentos das contribuições normais e taxas de administração por parte das empresas patrocinadoras da Ford Previdência Privada (FPP). Através desta decisão, a partir de janeiro de 2019, a Empresa suspendeu os pagamentos à FPP até que seja esgotado o direito correspondente ao superávit do mesmo.  
 As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício de 2021 somaram R\$ 11 (R\$ 15 em 2020), contabilizadas em "Outras despesas administrativas".

**b) Participação nos resultados**

O reconhecimento dessa participação foi provisionado mensalmente, considerando o valor estimado mensurado de maneira confiável pela Empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante foi de R\$ 0 (R\$ 280 mil em 2020).

**c) Remuneração do pessoal chave da administração**

O estatuto social da Empresa prevê que os diretores sejam remunerados pelo seu empregador original, Ford Credit Serviços de Assessoria e Consultoria Ltda. e Ford Motor Company Brasil Ltda. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve remuneração por parte da BF Holding S.A.

**13. CONTINGÊNCIAS**

Provisão para Passivos e Ativos Contingentes e Obrigações Legais, baseado no CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) seguem as explicações abaixo:

**OBRIGAÇÕES LEGAIS:** a Empresa provisionou valores relativos ao PIS e à COFINS, que tiveram origem no alargamento da base de cálculo determinado pela Lei 9.718/98, ou seja, considerando todas as receitas e excluindo aquelas elencadas no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 9.718/98 (que não são típicas das atividades bancárias) e também as despesas de captação, com base no parágrafo 6º do artigo 3º da mencionada Lei.

**ATIVOS CONTINGENTES:** é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Não foram reconhecidos ativos contingentes com relevância classificados como prováveis de realizações até 31 de dezembro de 2021.

**PASSIVOS CONTINGENTES:** Referem-se a processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionário e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciárias e outros riscos. Essas contingências são validadas pelo departamento jurídico da Empresa, após avaliação por seus assessores legais externos. Essa avaliação considera a jurisprudência dominante e experiência em casos pretéritos similares. As contingências são classificadas como provável, possível e remota em relação a sua probabilidade de perda. A entidade controla e analisa os processos por intermédio do sistema gerencial Projuris e registra conforme mencionado na Nota 2iv(g). A Empresa registra provisão para processos, quando a possibilidade de perda for classificada como provável.

**a. Passivos contingentes, classificados como perdas prováveis provisionados**

A BF Holding S.A. é parte em litígios envolvendo questionamentos judiciais trabalhistas e cíveis (adversas). Algumas dessas ações encontram-se em fase inicial aguardando o resultado de perícia judicial ou outros procedimentos administrativos aplicáveis, não sendo possível no momento estimar o desfecho legal desses processos e/ou o montante de contingência estimada e, consequentemente, a eventual necessidade de contabilização de provisão para contingências. A administração da Empresa, com base no parecer de seus assessores jurídicos, entende que as provisões constituídas na data do balanço em processos de natureza cível e fiscal no montante, respectivamente, de R\$ 18.312 (R\$ 22.202 em 2020), R\$ 6.985 (R\$ 6.887 em 2020) contabilizadas em outras obrigações - passivos contingentes, são suficientes para fazer face a eventuais desembolsos devido ao desfecho dos litígios conhecidos e mensuráveis. Conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Cíveis	Fiscal	Outras	Total
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020</b>	18.599	6.779	-	25.378
Atualização monetária/juros	2.548	80	-	2.628
Constituição (reversão) líquida de provisão	9.806	-	28	9.834
Ações encerradas	(8.751)	-	-	(8.751)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>22.202</b>	<b>6.859</b>	<b>28</b>	<b>29.089</b>
Atualização monetária/juros	5.143	97	1	5.241
Constituição (reversão) líquida de provisão	16.503	-	-	16.503
Ações encerradas	(25.536)	-	-	(25.536)
<b>Saldo final em 31 de dezembro 2021</b>	<b>18.312</b>	<b>6.956</b>	<b>29</b>	<b>25.297</b>

**b. Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados**

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Empresa é parte em ações de natureza cível e tributária envolvendo riscos de perdas, não registradas contabilmente, que na opinião dos assessores jurídicos, apresentam probabilidade de perda possível. Os valores mensuráveis de ações cíveis e tributárias com probabilidade de perda possível montam, respectivamente, a R\$ 261.293 (R\$ 185.061 em 2020) e R\$ 22.362 (R\$ 21.957 em 2020).

**14. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Outras receitas operacionais, no exercício, estão constituídas por multa e juros de mora sobre parcelas de crédito recebidas com atraso no montante de R\$ 157 (R\$ 671 em 2020), reversão de provisões de casos encerrados e correção de depósitos judiciais no montante de R\$ 27.037 (R\$ 17.996 em 2020) e outras receitas no montante de R\$ 238 (R\$ 2.003 em 2020).

b) Outras despesas operacionais, no exercício, estão constituídas por passivos contingentes no montante de R\$ 44.248 (R\$ 33.839 em 2020), honorários advocatícios e despesas com ações adversas no montante de R\$ 1.909 (R\$ 665 em 2020), e outras despesas operacionais no montante de R\$ 1.496 (R\$ 85 em 2020).

c) Outras despesas administrativas, no exercício estão constituídas por despesas com comunicações, taxas, manutenção, condomínio, despesas com alugueis, serviços de terceiros e partes relacionadas no montante de R\$ 20.097 (R\$ 15.460 em 2020).

d) Baixa total dos ativos e passivos diferidos no exercício de 2021 no montante de R\$ 19.845.

Efeitos da Pandemia - COVID-19: A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

**15. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO**